

ESTUDIO DE CASO

OCUPAÇÃO DO ENGENHO PRADO: Do sonho à conquista de um pedaço de terra

“Na ocupação da Terra, o repórter dizia logo que aquilo ali eram vândalos. E eu ficava pensando: como é que eles, que tem um estudo, inteligentes, botavam os trabalhadores para aparecer na televisão como vândalos, como criminosos, terroristas? Em todo o lugar o povo tem seus direitos e a gente queria lutar pelos nossos, a gente queria uma resposta dos nossos direitos. Isso não era errado” (Joba Udon).

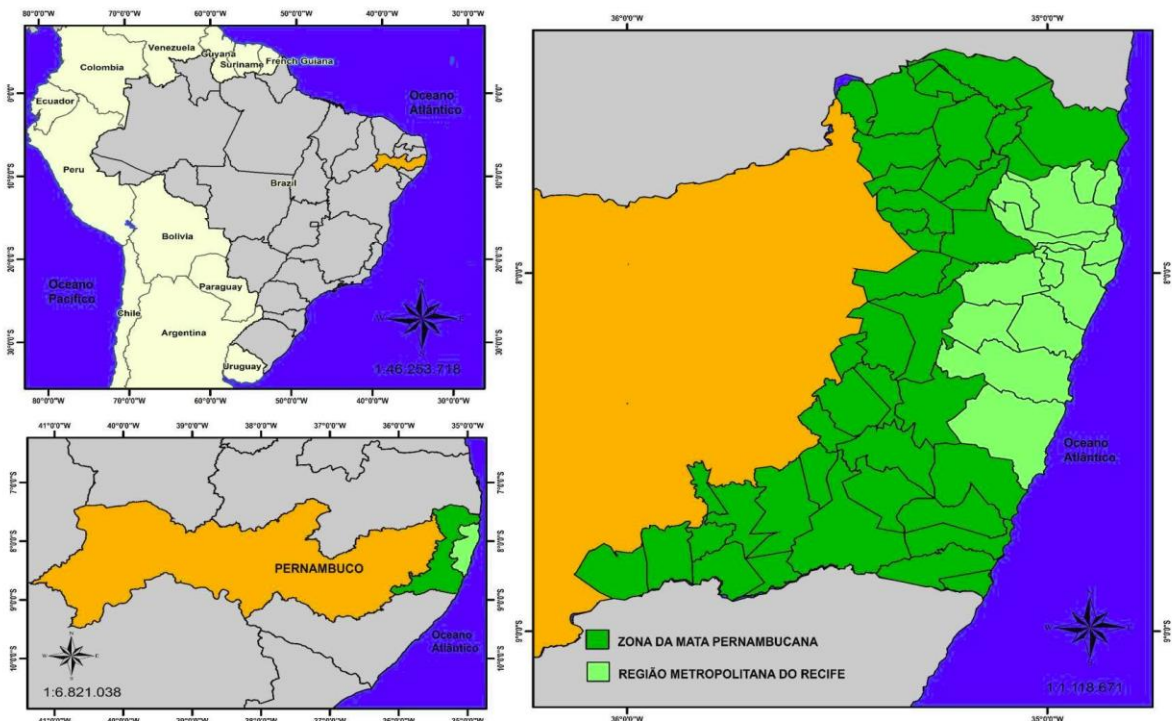
Este estudo de caso trata da experiência da luta pela conquista da Terra, no município de Tracunhaém, Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, em pleno Nordeste brasileiro. A ocupação de terra, e posteriormente a conquista, ocorreu em uma Região que predomina o monocultivo da cana-de-açúcar. Realizar uma ocupação de terra nesta Região é um ato audacioso e heróico. As famílias que ocuparam as terras foram expulsas de suas terras em tempos passados. Com a necessidade de terem terra para trabalharem e viverem, decidiram se organizar e realizar uma ocupação de terra. Para isso foram realizadas várias reuniões e o processo de organização foi fundamental. Violências, despejos, ameaças vizeram parte deste processo de luta pela terra. A luta organizada dessa massa de camponeses e camponesa imporam uma derrota ao latifúndio. As famílias conquistaram a terra e hoje vivem e produzem alimentos dignamente em terras que antes só produzia cana-de-açúcar, o monocultivo.

Localização

O estado de Pernambuco é composto por 185 municípios, com uma área total de 98.331,616 km² e, perfazendo um total de 8.796.448 habitantes (Fonte: IBGE/2010)¹. O Estado é subdividido em cinco Mesorregiões (Sertão Pernambucano, São Francisco Pernambucano, Agreste Pernambucano, Mata Pernambucana e Metropolitana do Recife). A Região da Mata pernambucana tem uma das maiores tradições da cultura da cana-de-açúcar no país. Essa produção remonta desde o período colonial e que levou este Estado ao maior produtor nacional até a década de 1950.

¹ Para maiores informações, consultar: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pe>

Mapas 01, 02 e 03: Localização do Brasil com destaque para o Estado de Pernambuco; Localização do Estado de Pernambuco com destaque para a Zona da Mata; Localização da Zona da Mata de Pernambuco com destaque para a Região Metropolitana do Recife – Pernambuco.



Fonte: IBGE; ZAPE – EMBRAPA com adaptações de Plácido Junior

O Contexto da Atividade Canavieira

A atividade canavieira concentra sua atividade no Litoral, próximo dos locais de exportação do açúcar, principal produto da colônia da época. Em função do processo de expansão da atividade e do processo de urbanização da Região Litorânea, a produção de cana-de-açúcar foi se afastando das áreas mais próximas da metrópole pernambucana e se mostra de forma marcante na Mesorregião da Mata Pernambucana, que possui hoje um total de 43 municípios. Esta Mesorregião é subdividida em três microrregiões: a da Mata Setentrional, Meridional e de Vitória de Santo Antão, que juntas fazem limites com a Mesorregião Metropolitana do Recife a Leste e com a Mesorregião do Agreste a Oeste.

A cana-de-açúcar chegou nos primeiros anos da colonização do Brasil, em meados do século XVI, como elemento importante para a ocupação e apropriação do território, garantindo assim os interesses econômicos da Metrôpole.

O Engenho, nome pela qual se chama até os dias atuais a grande e média propriedade na Zona da Mata de Pernambuco, equivalendo ao nome de fazenda em outras Mesorregiões do Estado, era ao mesmo tempo, unidade produtiva da cana-de-açúcar e do açúcar. Devido à maior proximidade do mercado europeu e pelos solos férteis e clima úmido, o Nordeste

brasileiro se apresentou como uma Região propícia para o desenvolvimento da cultura da cana. A Região Litorênes Nordestina passou a ser conhecida como referência na produção de açúcar no Brasil (Silva Junior, 2011).

O sistema produtivo tem como base o monocultivo da cana-de-açúcar, sistema que ficou conhecido em todo mundo como “plantations”. O trabalho na lavoura canavieira se deu com a mão de obra escrava, indígena e negra, até o final do século XIX, modificando para o regime de assalariamento, socialmente imperfeita e injusta (Paiva, 2002). Nos dias atuais ainda se encontram trabalhadores em regime análogo de escravidão.

A indústria canavieira sempre contou com uma forte presença do Estado, como agente de financiamento, de proteção e de concessão de subsídios. Os usineiros sempre tiveram grande influência e controle sobre as instâncias de poder local, regional e nacional (Paiva, 2002). Em grande parte o contexto da Zona da Mata de Pernambuco foi se conformando com o modelo do monocultivo da cana-de-açúcar e com a des-territorialização das diversas expressões de campesinidades existentes nesta região. Esse modelo baseado no monocultivo, na concentração de terras e com usos de trabalho escravo e ainda hoje com trabalho análogo à escravidão trouxe para Região toda uma consequência social e ambiental negativa. Foi sob a hegemonia deste monocultivo que fez a Zona da Mata uma Região empobrecida e com um alto índice de destruição do meio ambiente, como por exemplo, ter reduzido a Mata Atlântica a 2,5%. Os panoramas sociais e ambientais desta Região, que veremos a seguir, são os piores entre as demais Regiões do estado de Pernambuco. Além destes graves elementos, este modelo do monocultivo da cana entrou e entra em conflito com outras territorialidades existentes, sobretudo quando dos momentos de sua expansão (Silva Junior, 2011).

Durante as décadas de 1990 e a década de 2000 os movimentos sociais do campo contribuíram no sentido de ajudar na organização dos trabalhadores para reivindicar a reforma agrária. Com um quadro de expropriação das terras dos camponeses, de desemprego, de fechamento de usinas, os de trabalhadores e de trabalhadoras tiveram que pensar e agir, sempre primeiro que o Estado, em soluções estruturais que viessem responder aos desafios apresentados na Região (Silva Junior, 2001).

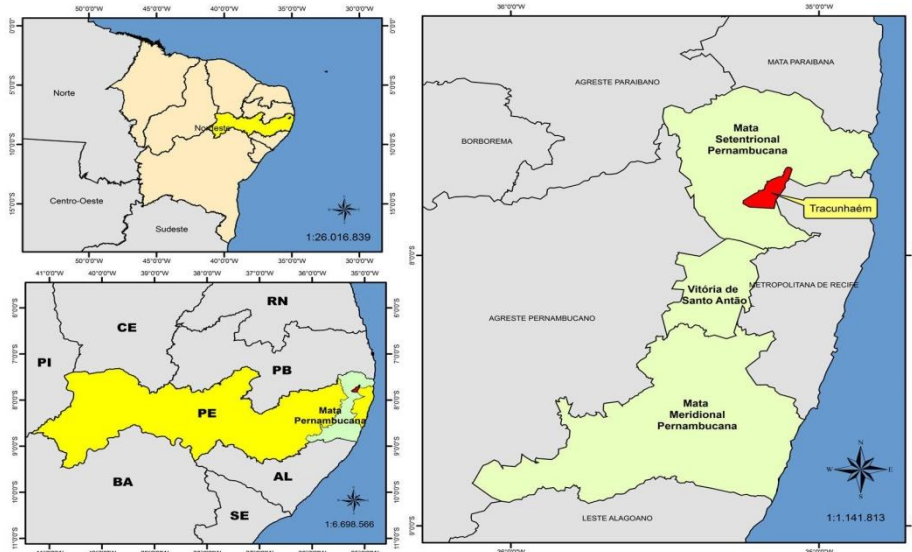
As principais lutas dos trabalhadores foram no sentido de exigir do Estado uma reforma agrária que atendesse às demandas dos camponeses sem terras e possibilitasse uma mudança estrutural na Zona da Mata pernambucana (Andrade, 1996).

A Ocupação – Territorialização camponesa

Dentro deste contexto da Zona da Mata pernambucana, um grupo de 300 famílias Sem Terra decidem, em 1997 a ocuparem um engenho, o engenho Prado, no município de Tracunhaém, Zona da Mata Norte de Pernambuco (Mapas 04, 05 e 06). Essas famílias de Sem Terra vivenciaram um dos mais prolongado e violento conflito pela terra na Zona da Mata de Pernambuco nos últimos anos. Esta experiência da luta por Reforma Agrária se

enche de aprendizagens que devem ser compartilhadas como exemplo de protagonismo dos camponeses e camponesas na luta pela democratização da terra.

Mapas 04, 05 e 06: Localização do Nordeste brasileiro com destaque para o Estado de Pernambuco; Localização do Estado de Pernambuco com destaque para a Zona da Mata; Localização da Zona da Mata de Pernambuco com destaque para o município de Tracunhaém – Pernambuco.



Fonte: IBGE – Elaboração: **Girlan** Cândido

Foi justamente em 9 de fevereiro de 1997, que ocorreu a ocupação de terra, que se transformou em um violento e longo conflito de luta pela terra no estado de Pernambuco. O município foi Tracunhaém, mais precisamente o Engenho Prado. Foram aproximadamente 300 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, organizadas com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que ocuparam as terras da Usina Santa Tereza. A ocupação é uma estratégia de luta para reivindicar e pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para atuar na desapropriação de terras, neste caso, cerca de 2.600 hectares para fins de Reforma Agrária.

A terra reivindicada era um propriedade que pertencia ao grupo João Santos, que dominou por mais de 90 anos grande parte das atividades canavieiras na região da Mata Norte de Pernambuco. O grupo João Santos, tornou-se um dos grupos empresariais mais influentes na política estadual e nacional. Além de atuar no setor sucroalcooleiro, o Grupo tem empreendimentos em outras atividades econômicas, como fábrica de cimento do Brasil (Cimento Nassau) e detém a concessão de meios de comunicação.

Quem é esse povo que está questionando o modelo sucroalcooleiro?

As famílias Sem Terras que ocuparam o Engenho Prado eram nascidas no campo. Seus pais e mães nasceram nos engenhos da região e eram moradores e moradoras dos sítios, que

trabalharam na agricultura e/ou cortavam cana para as Usinas. A lógica que rege o monocultivo da cana-de-açúcar é da seguinte forma: por necessidade de expandir suas atividades, a Usina (unidade industrial que processa o açúcar e o álcool e detém as terras) destruía os Engenhos (unidade produtiva da cana-de-açúcar) e concentrava suas terras, que por sua vez, destruíam os sítios dos moradores que e concentravam suas terras, que por consequência, iam morar nas periferias das cidades, ou nas “pontas de ruas”, como os trabalhadores e trabalhadoras costumam chamar. Essa lógica de expulsão das famílias do campo, transformava as famílias em sem terra e garantia para as Usinas uma exedente de mão de obra barata, além de concentrar todas as terras.

Maria do Carmo, camponesa que participou da ocupação de terra do engenho Prado, conta com esse processo de expulsão das famílias do campo acontece, dando exemplo da sua própria família. O pai e a mãe dela morou no engenho Prado, engenho esse que anos depois da família ser expulsa, ela ocupou com mais outras famílias, exigindo a reforma agrária.

“Eu Trabalhava em uma granja de galinha no município de Paudalho, a Ovomalta. Eu era aviarista. O meu pai nasceu nos Prados, foi batizado naquela Igreja que ainda existe ali. Ele morava e trabalhava para o dono de Engenho, mas foi expulso ainda novo porque quem mora nos Engenhos é até quando o dono quer. Quem mora nos Engenhos não tem sossego. O meu pai não tinha hora pra trabalhar e quando o trabalhador estava explorado, o dono de Engenho mandava embora. Quando eles precisam do trabalhador, eles exploram, exploram e depois despedem o trabalhador sem nenhum direito. Ai, meu pai botou as trouxas na cabeça, a família na frente, e foi embora. Meu pai arrumou um sitiozinho na área do Exército e criou os filhos lá, mas como era considerada uma área de risco, eles colocaram as famílias numa cidade próxima, que era Araçoiaba. A família do meu cunhado também era dos Prados, mas também saiu de lá nos anos 80. O meu sogro morreu dentro do Engenho e o dono fez o enterro, mas descontou do dinheiro que dava ao meu cunhado. Ele saiu de lá porque não tinha condições de ficar. Era pra trabalhar até morrer” (Maria do Carmo).

Nos engenhos além da ameaça permanente de expulsão o trabalho era muito extenuante, precário, análogo ao trabalho escravo. Cláudio, camponês vindo da Região Agreste, pode, da pior forma, vivenciar o trabalho nos canaviais.

“Sou de um Sítio em Bom Jardim. É uma vida sofrida na terra dos outros, mas estou sempre na agricultura. É minha opção de vida. Vim para a Zona da Mata e com 22 anos fui escravo na Usina São José. Isso foi em 1988. Trabalhei, fui humilhado. Ainda hoje sou revoltado com a humilhação que sofri” (Cláudio da Silva).

Processo organizativo da luta: chegou o dia!

As famílias moradoras das perifeiras das cidades e que viviam em condições desumanas, exploradas pelo monocultivo da cana-de-açúcar, resolveram mudar seus “destinos”. Partiram para a luta pela Reforma Agrária com o objetivo de mudar de vida. Com a falência de várias usinas na década de 1990, vários grupos de trabalhadores e trabalhadoras independentes, organizados pelo movimento sindical e organizadas por movimentos de Sem

Terra passaram a desencadear um processo de ocupações de terra. Com o apoio da CPT e através de um processo organizativo e de formação, as famílias Sem Terra foram se fortalecendo na perspectiva de retomar as terras onde um dia seus antepassados viveram. As famílias se reúnem no Centro Social Urbano (CSU) do município de Igarassu para prepararem a ocupação. Representantes da CPT participavam das reuniões, ora esclarecendo sobre os direitos das famílias Sem Terra, ora animando-as em sua organização.

O processo de organização ia crescendo. Crescia também o sentimento de coletividade. Aos poucos as famílias iam se fortalecendo para enfrentar o latifúndio canavieiro, um dos grupos econômicos mais fortes de Pernambuco e do Nordeste, o Grupo João Santos: “Quando a gente começou a nossa luta, diziam que ninguém conseguia mexer no que era de João Santos” (Marilene Ferreira).

Segundo as famílias, o dia da ocupação foi de muita chuva. Era 9 de fevereiro de 1997. As famílias ocuparam o Engenho Prado e, a partir daí, dariam início a uma grande luta que mudaria suas vidas e a Região. As famílias montaram acampamento em uma área 500 hectares de terra. Os primeiros dias foram dedicados a montar o acampamento e logo de imediato passaram a cultivar a terra, produzindo alimentos. Dona Zeza, trabalhadora rural, lembra da esperança que crescia dentro de si no dia da ocupação. Ela carregava a certeza que iria mudar de vida. Zeza preparou sua mochila, pegou umas roupas, deixou os meninos com sua mãe e se juntou aos outros companheiros e companheira.

“Na época, tava passando a novela Rei do Gado. Minhas irmãs não vieram para a ocupação e não queriam que eu viesse” comentou. Já no ônibus, durante a viagem do Centro Social Urbano em Igarassu (CSU) até o local da ocupação, Dona Zeza lembra que as famílias só falavam em mudar de vida. Ela conta: “o ônibus parou em frente a Casa Grande da Usina Santa Tereza. Era um domingo de carnaval. Tava chovendo muito, tinha muita lama. As famílias desceram dos ônibus e entraram na terra. Logo começaram a fazer os barracos”. Dona Zeza lembra que ela e muitas famílias não conseguiram dormir no primeiro dia da ocupação. “Eu tinha medo dos capangas da Usina e tinha que vigiar a noite”.

Rosiene, na época da ocupação, tinha 7 anos. A mãe dela, diferente de Zeza, levou os filhos. Rosiene desde cedo vivenciou a vida no barraco de lona preta. “Eu tinha sete anos quando fui para a ocupação com minha mãe e irmãos, em 9 de fevereiro de 1997. Eu não entendia muito, mas era uma animação, um aconchego. Chegamos e já fomos arrumando tudo, uns pegando paus ali, outros fazendo os barracos. Neste dia de noite foi um vento, uma chuva... Eu lembro que minha mãe passou a noite toda segurando o pau do barraco pra não voar e cair em cima da gente. No outro dia de manhã, a gente acordou já cheio de polícia” (Rosiene Silva dos Santos).

Seu João lembra de como era tratado pela grande mídia. “Na ocupação da Terra, o repórter dizia logo que aquilo ali eram vândalos. E eu ficava pensando: como é que eles, que tem um estudo, inteligentes, botavam os trabalhadores para aparecer na televisão como vândalos, como criminosos, terroristas? Em todo o lugar o povo tem seus direitos e a gente queria

lutar pelos nossos, a gente queria uma resposta dos nossos direitos. Isso não era errado” (Joba Udon).

“A chuva passou por debaixo do barraco e molhou os lençóis e as roupas. Ai, sentei e botei a cabeça dos meninos no meu colo para eles não se molharem” (Elisama).

Comunicação e organização interna

Logo nos primeiros momentos dentro do acampamento, as famílias perceberam que era preciso ter uma forma de comunicação rápida, que avisasse a todos e todas sobre qualquer situação de emergência que precisasse ser resolvida ou enfrentada. Foi então que um sino chegou ao acampamento.

O som do sino era um alerta para todos e todas. Ele anunciava que era preciso se reunir em assembléia. As famílias teria que deixar tudo o que estava fazendo para ir em direção ao sino, pois sabiam que algo de importante iria acontecer ou teria que decidir. O sino representava a organização e o poder descentralizado do acampamento. Ana Paula lembra bem da força que o sino tinha na ocupação.

“Quando a gente escutava a sineta tocar, todo mundo deixava tudo o que estava fazendo e saía correndo para a Assembleia. Deixa va queimar a beira de carne que tinha, deixava o café... A gente tinha que ir... O povo já era ligado, quando o sino tocava era porque tinha algo importante pra conversar e resol-ver junto. Foi a partir daí que começou a organização no acampamento. Quando batia o sino, todo mundo corria pra se reunir. Não tinha hora pro sino tocar... se tava deitado, levantava. Um saía acordando o outro: “Olha a assembleia!”. De criança a adulto. Foi ali, com o sino, que surgiu a nossa organização dentro do acampamento... e foi através dessa organização que a gente tá aqui hoje” (Ana Paula da Silva Florêncio).

As comissões de serviços

O acampamento tinha um jeito próprio de se organizar. Não havia o coordenador, o chefe, o diretor. As famílias eram divididas em comissões: de saúde, de educação, alimentação, de comunicação, de vigilância, de produção. As comissões muitos mais do que um espaço de poder, que não deixava de ser, era um espaço de serviço, eram comissões de serviços, onde cada integrante disponibilizava parte do seu tempo para se dedicar a organização do acampamento, como nos relatam Maria do Carmo, Dona Izaura e Rosiene.

“No acampamento foram formadas as comissões de vigilância, alimentação, limpeza, saúde e remédio, comissão de falar com a imprensa, tinha o coordenador, o tesoureiro, o vice tesoureiro, secretário. As comissões eram agregadas umas a outras, muito unidas. Uma ajudava a outra. Não quer dizer que se eu era a secretária, eu não deveria estar junto das outras comissões, da vigilância, alimentação, do que precisasse...” (Maria do Carmo).

“No acampamento a gente passou muitas dificuldades também. A gente comia o que chagava. O que tinha plantado, a gente dividia com todo mundo. A coisa mais difícil era a

água longe e sem energia. Eu pensava muito que não ia conseguir a terra. Durante o acampamento lembro também que tinha as viagens e atividades dos Sem Terrinhas, que meus dois filhos iam. E as decisões do que ia fazer eram tomadas por todos” (Dona Isaura).

“No acampamento também tinha uma Escolinha. A gente ia pra lá. Cícero, um dos acampados, cantava músicas, a gente desenhava, contava histórias. As salas eram divididas por palhas de cana e tinha o lanche, que era bolacha e mel. Tinha outra coisa boa que eu não me esqueço: no acampamento tinha um pé de manga e um pé de jaca. Era ali que a gente criança se divertia, a gente brincava de pega, esconde-esconde, de balanço. Quando uma manga caía no chão era uma curtição, todo mundo saía correndo pra pegar. Se utilizava água do rio e sempre na hora do despejo as crianças ficavam sempre na frente. Tinha raiva de ficar na frente dos policiais, porque a gente só sabia de uma coisa, que eles que riam tirar a gente de lá. Isso sem sombra de dúvidas. Mas não dava muito medo porque a gente estava com as mães, com os pais, então a gente se sentia protegido” (Rosiene Silva dos Santos).

Ameaças e despejos que marcaram a caminhada

Durante todo tempo em que as famílias se encontravam acampadas exigindo do INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária a desapropriação das terras, as famílias viveram momentos muito difíceis. A propriedade da terra no Brasil é sinônimo de poder. Neste período de ocupação, desde de 1997 até o ano de 2005, muitas violências foram cometidas contra as famílias Sem Terra. Ocorreram perseguições contra pessoas da ocupação, ameaças de morte contra trabalhadores e agentes da CPT, destruições de casas, escolas e igrejas, despejos, intimidações, mortes.

Em resposta os camponeses e camponesas realizaram vários protestos e mobilizações como bloqueios de BR e estradas, várias ocupações no INCRA, ocupações na prefeitura de Tracunhaém, ocupações em praças e órgãos públicos, mobilizações, protestos, marchas, assembleias, audiências, julgamentos, viagens à Brasília, atos de solidariedade.

De todos os acontecimentos o que mais deixou marcas nas famílias foram o primeiro despejo; a grande mobilização na Casa Grande; e os dois últimos despejos corridos no ano de 2003.

Segundo dados do setor de documentação da CPT NE II, no dia 06 de março de 1997, ou seja, menos de um mês de acampadas, o primeiro despejo aconteceu. Na ocasião, a Juíza da comarca de Carpina, Dra. Karina Pinheiro D'Almeda Lins, acumulando a comarca de Nazaré da Mata, propôs um acordo elaborando um termo de compromisso. O acordo era para que os Sem Terras saíssem da propriedade, ou seja, desmotassem o acampamento ser necessário o uso da força policial. Como estratégia, as famílias saíram da propriedade, no entanto, montaram o acampamento nas margens da Estrada enfrente a propriedade. Na época, ao serem perguntados pelos jornais, os sem terras falaram que ocuparam as terras para “garantir um pedaço de chão para produzir e criar nossos filhos” (JC, 06/03/1997). Mesmo estando fora das terras reivindicadas, as famílias continuaram plantando para se alimentar e impedindo que o suposto dono da propriedade, plantasse cana (JC,

07/03/1997). As famílias tiveram muitos apoios de alguns padres. O Pe. Pedro e o Pe. Manuel estavam sempre presente na ocupação. Na ocupação havia 210 crianças e 450 adultos, segundo levantamento feito pelos próprios sem terras. Sobre o primeiro despejo, as famílias comentam:

“Quando a gente menos esperava, tava tudo forrado de policiais, batalhão de choque, cachorros, cavalos. Foi muito difícil. Eles botaram os tratores nas lavouras enquanto a gente ainda tava tirando as coisas. Quando o povo viu os tratores passando por cima das lavouras que tinha plantado com tanto sacrifício, o povo foi pra cima” (Maria do Carmo).

“A gente tava na assembleia quando olhamos para o alto da estrada e vimos muitos policiais. As mulheres e os meninos ficaram na frente cantando: ‘Nós queremos terra e pão, a polícia é pra ladrão!’. Quando a Polícia chegou, perguntou quem era o líder e todos responderam que eram todas as 300 famílias” (Seu Arlindo).

Depois do primeiro despejo, em 1997 muitas lutas foram travadas. Em 2003 ocorrem o segundo e o terceiro despejo, que as famílias não se esquecem. Os despejos acontecem por ordem judicial, quando o suposto proprietário da terra entra na justiça pedindo que o Estado garanta a posse ao proprietário. O Juíz emite uma ordem judicial de reintegração de posse que pode ser cumprida com a força policial, caso as famílias não queira sair.

O segundo despejo aconteceu em 2003, no dia 06 de julho. As famílias despejadas saíram da propriedade com a força policial. No dia seguinte, sem presença da polícia, as famílias voltaram e montaram novamente o acampamento. Como realização, a Usina intensificou a violência contra as famílias como estratégia de expulsá-las. Uma das estratégias realizada pela usina foi aumentar o plantio da cana-de-açúcar. Em contrapartida, as famílias resolveram monitorar a ação da Usina. Uma comissão de monitoramento da usina se formou e quatro pessoas faziam, diariamente, o monitoramento. Em uma destas averiguações, os trabalhadores e trabalhadoras descobriram que a Usina estava plantando bambu. Imediatamente as famílias se organizaram e impediram o plantio.

O terceiro despejo ocorreu no dia 01 de novembro de 2003. Foi o despejo mais violento. Além de destruir os pertences das famílias, a Polícia destruiu as lavouras e alimentos produzidos pelos trabalhadores. Segundo Dona Zeza, “as máquinas destruíram tudo e não deixaram nem fazer o mingau das crianças. Colocaram spray de pimenta na gente, destruíram até o pé de Jaca”.

“O fato que fica na memória foi esse despejo. A alimentação sendo destruída, o direito do povo não foi respeitado, as crianças, os idosos, a Igreja, as casas, as piscinas de peixe... tanto tempo para construir e foram destruídos em tão pouco tempo. Spray de pimenta. Polícia com arma na mão. A gente não podia fazer nada senão resistir, pois tinha o Juiz a favor deles. Era como na história de Davi: o menor no meio dos grandes” (Ana Paula Florêncio).

“Tudo o que vocês podiam imaginar tinha na hora do despejo. Eles não respeitaram mulher, criança, nossos companheiros apanhando na nossa frente sem a gente poder fazer nada. Foi um despejo muito pesado” (Maria de Fátima Fernandes da Silva).

Logo após ao terceiro despejo, em assembleia, foi formada uma comissão das famílias para ir até Brasília denunciar as violações sofridas pelas famílias e pressionar o Governo Federal para a desapropriação das Terras. “Tive um sonho com Lula cortando cana em Tocos **-um dos Engenhos da Usina Santa Tereza reivindicados pelas famílias**. Ele estava todo sujo e perguntou o que eu queria. No sonho eu respondia que queria os Engenhos do Complexo Prado. Lula respondeu dizendo: ‘vocês já ganharam e não tem quem tire’” (Bambú. **Grifo nosso**).

Primeira grande vitória: Conquista do engenho Penedinho

Em 2003, as famílias conquistaram a primeira grande vitória: a desapropriação do primeiro Engenho, chamado de Penedinho, que se transformou no assentamento Nova Canaã e onde foram assentadas parte das famílias. “Em 2003, nós conseguimos desapropriar uma das áreas da Usina, que tinha capacidade para 39 famílias, mas só que tinham quase 200 famílias acampadas. Então nos reunimos e decidimos fazer um sorteio de 39 famílias pra ir pra área já desapropriada. Ai, teve o sorteio e então surgiu o assentamento Nova Canaã, mas as outras famílias permaneceram acampadas. Mas, mesmo com esse decreto de desapropriação, foi muito difícil, porque era numa área que pra gente passar, tinha que passar por toda a polícia e os capangas. E já depois da imissão de posse, a Usina e a Polícia ainda tentaram dar despejo em nós. Mas conseguimos evitar isso. O momento triste aconteceu, mas hoje o momento é de vitória. A luta hoje é de resistência, pela permanência na terra que conquistamos” (Severino Francisco Rodrigues).

A segunda grande vitória: conquista dos engenhos Tocos, Papicú e Taquara

As demais famílias continuaram acampadas, mobilizadas e enfrentando as violências da Polícia e da Usina. Várias viagens foram feitas a sede do Incra em Recife, ao Tribunal Regional Federal e a Brasília como forma de pressionar o Governo Federal a desapropriar os engenhos reivindicados e transformá-los em assentamentos para as famílias.

Em 25 de novembro de 2005, saiu a desapropriação dos outros três Engenhos da Usina Santa Tereza: Tocos, Papicú e Taquara, que se transformaram nos assentamentos Chico Mendes e Ismael Felipe. Com as desapropriações, as famílias do Engenho Prado definitivamente conquistaram o direito à Terra, pondo fim a um conflito que durou 9 anos.

A situação jurídica

Atualmente as propriedades Tocos, Taquara, Penedinho e Papicú, que eram algo dos conflitos, foram desapropriadas pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que é um órgão do Governo Federal. Após a desapropriação a justiça federal imitiu

o INCRA na posse. O INCRA indenizou a usina Santa Tereza que recebeu um valor correspondente ao preço da terra e das benfeitorias construídas.

Após a imissão de posse o INCRA fez os três assentamentos: Nova Canaã, Ismael Felipe e Chico Mendes. As propriedade foram parceladas e distribuídas entre as famílias. A terra pertence ao INCRA e as famílias tem concessão de uso.

Como vivem hoje estas famílias?

Atualmente, 165 famílias estão assentadas em três assentamentos: Nova Canaã; Chico Mendes; e Ismael Felipe. Cada um tem sua forma própria de organização. Em todos os assentamentos existem associações e as decisões se dão nas assembléias mensas que são realizadas, desde que era acampamento.

No assentamento Nova Canaã existe uma cozinha comunitária onde grupos de famílias beneficiam alguns produtos que plantam. Tem uma sede da associação, uma biblioteca e uma escola que funciona a educação de jovens e adultos. A produção é diversificada e algumas famílias praticam o princípio da agroecologia. Todas as famílias tem casa, água encanda e energia elétrica. Neste assentamentos foi adotado o sistema de agrovila, as famílias construíram as casas próximas uma das outras, onde moram, e plantam em parcelas maiores destinadas as famílias.

No assentamento Chico Mendes, adotaram o sistema de casas nas parcelas que são os lugares de plantio e moradia. Todas as famílias tem casas, energia elétrica. A água que as famílias usam são de poços e/ou cacimbas. Não existe distribuição de água por parte do Governo. As famílias também tem uma produção diversificada e no assentamento tem uma sede da associação, onde funciona turmas de educação de jovens e adultos.

No assentamento Ismael Felipe, também tem sede da associação o sistema de moradia e produção são nas parcelas, que mede em média 8 hactares. As famílias tem casas com energia elétrica e, igual ao assentamento Chico Mendes, a água são de poços e/ou cacimbas. A produção e bastante diversificada.

Os três assentamento são bem articulados e mantem reuniões periódicas entre as três associações. Eles compõe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Tracunhaém, inclusive o presidente do conselho é uma liderança do assentamento Nova Canaã. As famílias abastecem, com suas produções, as feiras dos municípios de Arassoiaba, Carpina, Tracunhaém e Nazaré da Mata.

“Tiramos o latifúndio e colocamos alimentos baratos e saudáveis nas feiras. Hoje, onde eu chegar e falar que sou desse assentamento, sou recebido. Sempre tive o sonho de ter um pedaço de terra e sair da escravidão que é trabalhar para os outros, cortando cana. A escravidão acabou! Esses que estão aqui podem dizer que estão libertos das Usinas” (Bambú).

“A gente não se acovardou diante do 'senhor do engenho'. Não baixamos a cabeça. Conseguimos nosso objetivo. Enfrentamos o Grupo João Santos, mesmo sabendo da violência dele contra os trabalhadores. Como será daqui a 20 anos em Pernambuco, no Brasil? Vou estar realizada, com a terra do jeito que sonhei, plantando, produzindo, fornecendo alimentos” (Marilene Ferreira da Silva).

“É uma história de muito sofrimento, com sol, com chuva. Quem nos ajudou foi Deus, a CPT e muita gente de fora. O que a gente pôde fazer, a gente fez. Foi uma vitória muito grande que a gente teve. Morreu gente, matado, queimado, afogado, de doença. Hoje, tiro meu pão daqui de dentro: macaxeira, fava... A luta não foi em vão. João Santos disse que não ia dar uma palma de terra para nós aqui, e agora ele só tem 7 palmas de terra na cara dele (faleceu em 14.04.10). Dou muito valor à CPT: cobertor na hora do frio, remédio para doente, comida” (Maria José).

Linha do tempo

	<p>300 famílias sem terra ocupam o engenho Prado, município de Tracunhaém</p>		<p>Após cada expulsão, os agricultores voltam para retomar a terra</p>		<p>Nova Canaã, Ismael Felipe e Chico Mendes têm 165 famílias com concessão de uso. A terra pertence ao INCRA.</p>
<p>1990-2000</p>	<p>1997</p>	<p>2003</p>	<p>2004</p>	<p>2006</p>	<p>2015</p>
<p>As lutas por uma reforma agrária para camponeses sem terras</p>		<p>Acontece a expulsão dos camponeses/as</p>		<p>Celebração da conquista da terra.</p>	

Galería de fotos



Crianças que vivem no acampamento.
Foto: Arquivo CPT NE II



Casas destruídas após um despejo. Trabalhadores tentam recuperar algo de suas casas.
Foto: Arquivo CPT NE II



Após um momento de conflito entre os Sem Terras e a Usina, os trabalhadores e as trabalhadoras fazem uma mobilização conjunta envolvendo a FETAPE – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura em Pernambuco, o MST – Movimento dos Sem Terra e a CPT – Comissão Pastoral da Terra. Foto: Arquivo CPT NE II



Em um dos momentos de conflitos, funcionários da Usina Santa Tereza coloca veneno nas lavouras dos Sem Terras, envenenando também as fontes de água.

Foto: Arquivo CPT NE II



Conversa entre as famílias dentro do acampamento
Foto: Arquivo CPT NE II



Tratores da Usina Santa Tereza com apoio da Polícia Militar de Pernambuco destruindo casas dos Sem Terra
atendendo uma ordem judicial
Foto: Arquivo CPT NE II



Casas dos Sem Terras destruídas pela Usina Santa Tereza. As famílias tentam recuperar algo que sobrou.
Foto: Arquivo CPT NE II



Durante o despejos das famílias Sem Terra a Polícia Militar de Pernambuco detém as famílias para que suas casas sejam destruídas. No momento foram detidos também as crianças.
Foto: Arquivo CPT NE II



Plantio de batata antes do despejo. Depois do despejo este plantio foi destruído
Foto: Arquivo CPT NE II



Reunião entre a comunidade e uma comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e o Ministério Público Estadual. Esta reunião foi solicitada pela Comissão Pastoral da Terra que acompanhava as famílias.
Foto: Arquivo CPT NE II



Casas dos Sem Terras destruídas pela Usina Santa Tereza. As famílias tentam recuperar algo que sobrou.
Foto: Arquivo CPT NE II

Crianças que vivem
no acampamento.
Foto: Arquivo CPT
NE II



Famílias alojadas em
baixo das árvores depois
da destruição de suas
casas. Foto: Arquivo
CPT NE II



Durante o despejo e destruição das casas das famílias Sem Terra, os policiais jogam seus pertences ao longo da estrada. Na foto acima, do lado direito, podemos vê um outro acampamento dos Sem Terras
Foto: Arquivo CPT NE II



Durante o despejo e destruição das casas das famílias Sem Terra, os policiais jogam seus pertences ao longo da estrada. Foto: Arquivo CPT NE II



Depois de serem despejadas, as famílias retornam à terra e iniciam a reconstrução de suas casas.
Foto: Arquivo CPT NE II



As famílias realizam uma mobilização para denunciar as violência que vinha sofrendo.
Foto: Arquivo CPT NE II



Momento de reunião na comunidade. Esse momento é chamado de assembleia.
Foto: Arquivo CPT NE II



Visita de um membro da CPT – Comissão Pastoral da Terra ao acampamento ao lado do sina, que servia para alertar sobre qualquer perigo ou para chamar para alguma reunião.
Foto: Arquivo CPT NE II



Fogueira feita durante a noite. Era um costume das famílias
Foto: Arquivo CPT NE II

Referencias bibliográficas del documento

- Banco de Dados da Comissão Pastoral da Terra NE 2
- SILVA JUNIOR, José Plácido da. Reforma Agrária no Brasil. Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura plena em Geografia, UFPE, 2008.
- SILVA JUNIOR, José Plácido da. “Ilhados” pela cana, “suspensos” pela usina, “assituado” pela vida: des-territorialização e resistência de uma comunidade de pescadores artesanais no estuário do rio Sirinhaém, Sirinhaém – PE. Recife, 2011.
- <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=pe>

Créditos

Sistematización del caso: José Plácido da Silva Junior
LEMTO
Fotografías: Rodrigo Lobo; Arquivo da CPT.

<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/hwdvideoshare/viewvideo/25/documentarios/do-bagaco-a-liberdade.html?Itemid=22>

<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/hwdvideoshare/viewvideo/63/documentarios/bagaco.html?Itemid=23>

<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/hwdvideoshare/viewvideo/67/documentarios/vida-de-lona-preta.html?Itemid=23>

<http://www.cptne2.org.br/index.php/component/hwdvideoshare/viewvideo/65/documentarios/engenho-prado-guerra-de-baixa-intensidade.html?Itemid=23>

